

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1791192 - SP (2019/0005757-9)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : LEANDRO GUEDES MATOS E OUTRO(S) -
SP329025
AGRAVADO : MARIA TEREZA GUAZZELLI PONZONI
AGRAVADO : ROSENEI MARIA DE SOUZA
AGRAVADO : ANA LAURA RODRIGUES DA SILVA
AGRAVADO : CARLOS ALBERTO GONÇALVES RIBEIRO
AGRAVADO : CECÍLIA BARBOSA
AGRAVADO : IZILDA MARIA CUNHA GARCIA
AGRAVADO : LEONARDO PONZONI
AGRAVADO : MARIA CRISTINA MALZONI
AGRAVADO : TOSHIYURI USHIROBIRA HOGA
AGRAVADO : MARILENE BITTNER DA SIVA
AGRAVADO : NIOMAR QUEIROZ BARBIST
AGRAVADO : PIERINA ADELIA SIMONI
AGRAVADO : RITA CASSIA SOUSA DE CARVALHO TORQUATO
AGRAVADO : ROSÂNGELA DE CASSIA GUARESEMIN DIAS
AGRAVADO : SELMA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA
ADVOGADOS : MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO
FALLEIROS E OUTRO(S) - SP250793
LUIS RENATO PERES ALVES FERREIRA AVEZUM
- SP329796

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE DA DECISÃO PROFERIDA NA AÇÃO COLETIVA. FALTA DE LIQUIDEZ DO TÍTULO AO TEMPO DO TRÂNSITO EM JULGADO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A alteração da conclusão adotada pela instância ordinária, segundo a qual não há notícia de que tenha sido efetivada a necessária publicidade do feito, sendo ausente a liquidez do título ao tempo do seu trânsito em julgado, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

Superior Tribunal de Justiça

unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedida a Sra. Ministra Regina Helena Costa. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator

